

Governo deve anunciar hoje o acordo da dívida externa

01-92

SÍLVIA FARIA

BRASÍLIA — O acordo da dívida externa junto a bancos privados deve ser anunciado hoje, dando aos credores diversas opções de securitização (troca por bônus do governo) de seus créditos, que somam cerca de US\$ 41 bilhões (Cr\$ 145 trilhões pelo câmbio comercial). O acordo, que tira o Brasil de uma moratória técnica que se arrasta desde 1989, não prevê empréstimos de dinheiro novo ao Brasil, que represente entrada de divisas no país. No entanto, será lançado um bônus para lastrear as garantias do Tesouro americano aos juros pagos pelo país nos próximos 12 meses.

— Fizemos um acordo dentro do possível, seguindo a tendência já confirmada pelos demais

países da América Latina. É o modelo do plano Brady (que prevê a troca da dívida por papéis de longo prazo) — disse ontem um assessor do Governo.

Apesar de os credores terem autonomia para optar pelo papel que mais os interesse, a missão negociadora brasileira acredita que a maioria, concentrada nos Estados Unidos, vai querer o bônus que sofre um desconto de 35% sobre seu valor de face mas dá direito a juros de mercado. Isso porque as instituições estrangeiras já foram obrigadas a lançar prejuízo em sua contabilidade, referente ao crédito concedido ao Brasil, e não contavam mais em receber o valor integral do principal da dívida.

Os bancos japoneses, cuja legislação não prevê o desconto dos créditos, devem optar pelo

segundo bônus mais importante do pacote da securitização. Esse papel vale seu valor de face, rende juros fixos um pouco mais baixos do que os de mercado, e tem prazo de resgate de 30 anos. Os bancos japoneses, mais capitalizados do que os norte-americanos e europeus, preferem negócios de prazo mais longo, mas não vêem o desconto com bons olhos.

O acordo que deve ser assinado hoje difere radicalmente da proposta original do Governo Collor, elaborada pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. No processo de negociação conduzido pelo então negociador Jório Dauster estava também prevista a securitização, mas um desembolso bem menor com a conta juros, baseado na capacidade do Tesouro Nacional de gerar superávits.



Marcílio: opções para os credores